

Opiniones y ensayos

O Saber Patrimonial e a Arqueologia de Michel Foucault: princípios metodológicos de uma análise crítica e política dos conceitos

Alexandre Fernandes Corrêa¹
alexcorrea@antropologia.com.br
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)

Resumo: Este artigo analisa o saber patrimonial no domínio das ações preservacionistas, identificando suas peculiaridades e perspectivas na atualidade. Reflete especialmente aspectos teóricos relacionados à arqueologia de Michel Foucault, através das possibilidades de uma análise crítica e política dos conceitos, na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Patrimônio biocultural; Memória social; Michel Foucault.

Abstract: This article analyzes patrimonial knowledge in the domain of the preservacionistas actions, identifying to its peculiarities and perspectives in the present time. It especially reflects theoretical aspects related to the archaeology of Michel Foucault, through the possibilities of a critical analysis and politics of the concepts, in the society contemporary.

Keywords: Biocultural heritage; Social memory; Michel Foucault.

Introdução

Este artigo faz parte de reflexões metodológicas efetuadas para orientar os trabalhos de pesquisa que tiveram como resultado uma tese de doutorado defendida em 2001 (Corrêa, 2003). Por conseguinte, este texto destaca procedimentos de análise realizados no decorrer dos trabalhos de campo com bens e acervos culturais etnográficos e bioculturais, que formam o escopo da referida tese acadêmica. O intuito desse artigo é explicitar numa perspectiva crítica a importância do uso dos princípios da arqueologia de Michel Foucault no estudo dos processos de patrimonialização que têm sido desenvolvidos recentemente na sociedade brasileira.

O argumento básico apresentado é de que através das propostas metodológicas defendidas no livro clássico *Arqueologia do Saber* (1995)², se pode atingir camadas profundas, estruturas de sentidos, dos enunciados elaborados sobre o saber patrimonial. Ao perscrutar as formações discursivas que informam a prática preservacionista, tanto na área dos patrimônios e das memórias da cultura, como também da natureza, podemos recolher ganhos críticos e políticos de incomensurável valor heurístico³. Trata-se, assim, de um breve artigo teórico e metodológico, mais útil aos pesquisadores iniciantes, pois talvez traga poucas descobertas aos especialistas no pensamento de Michel Foucault. O que traz de novo, contribuindo com o debate acerca do tema do patrimônio cultural e das memórias sociais, são algumas incursões no campo empírico, a título de ilustrar a reflexão com análises da fenomenologia social e cultural produzida na aventura antropológica concreta.

O Saber Patrimonial: peculiaridades e perspectivas

O saber patrimonial será considerado aqui como todo discurso e toda prática enunciados e executados em nome da constituição de qualquer espécie de patrimônio⁴, seja ele natural, cultural, econômico, jurídico, etc. No entanto, por

motivos de economia de espaço, nosso objeto de reflexão se limitará especialmente às peculiaridades, perspectivas e prospectivas referentes ao saber patrimonial etnológico e as políticas de preservação dos patrimônios bioculturais.

Uma pergunta logo se impõe quando apresentamos a expressão “saber patrimonial”: qual o sentido do uso da palavra “saber”? Esse termo é usado aqui sobre influência direta dos textos de Michel Foucault, e se apóia como já foi adiantado, preferencialmente, na obra *Arqueologia do Saber* – na qual este autor revelou as características de seu método de trabalho. Nas análises do filósofo um saber é um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva”. Ora, como se sabe, este conjunto é indispensável à constituição de qualquer ciência, no entanto, não se destina necessariamente a lhe dar lugar exclusivo. Essa apresentação do problema se aplica ao nosso estudo já que o ‘saber patrimonial’ – é preciso não esquecer – se constitui não só por diferentes disciplinas científicas, mas também pelas artes, pela literatura, filosofia, religião, isto é, por toda uma miríade de conhecimentos, que abarcam variados campos epistêmicos.

Para frisar de modo mais contundente a definição do que seja um saber, propriamente dito, Foucault destaca mais diretamente:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes *objetos* que irão adquirir ou não um *status* científico; um saber é, também, o espaço em que o *sujeito* pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação em que os *conceitos* aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por *possibilidades de utilização* e de apropriação oferecidas pelo discurso (Foucault, 1995: 206-7).

Para um entendimento preciso do que se vislumbra como ‘saber patrimonial’, e considerando-se os conteúdos da definição de Foucault, exemplificamos sua aplicação em nossa pesquisa sobre os patrimônios

etnológicos e bioculturais. Seguindo a ordem dos termos sublinhados na citação acima, tem-se:

1. O domínio dos *objetos*: são especificados como os bens e valores concretos que adquirem o *status* de patrimônios (ou semióforos⁵);

2. O domínio do *sujeito*: deve ser determinado no plural, já que nos remetemos aos diferentes especialistas que têm a legitimidade de apresentar pareceres e encaminhar pedidos de tombamentos;

3. O domínio dos *conceitos* e das categorias: estes aparecem associados ao termo do patrimônio, como o histórico, o artístico, e, especialmente, o etnográfico;

4. O domínio das *possibilidades de usos*: em que se encenam as perspectivas e prospectivas dos discursos patrimoniais, isto é, as ações de preservação, conservação e promoção dos bens culturais tombados, ou que são objeto de alguma ação acautelar, por parte do Poder Público.

É desta forma que se pretendeu perceber os discursos e as práticas efetuadas em nome do patrimônio etnológico e biocultural na sociedade brasileira, como constituintes de um saber patrimonial. Pois, é preciso destacar, há saberes que são independentes das ciências e das técnicas, mas não há saber sem uma prática discursiva definida. E como toda prática discursiva define-se pelo saber que ela forma, pretende-se, com base nestes princípios, desenvolver os pontos da investigação sobre os novos domínios do conhecimento da natureza e da cultura.

Como exercício de análise mais específico toma-se o conjunto histórico de procedimentos e conceitos, enunciados em torno da idéia de patrimônio etnológico e biocultural. A idéia de preservação atravessou décadas do século XX cristalizando-se em dispositivos institucionais, como departamentos, órgãos, secretarias, conselhos, superintendências, etc., onde atuam e agenciam-se pessoas e coisas em nome do patrimônio e da memória.

É desse modo que a pesquisa almejou revelar as práticas discursivas em torno do patrimônio cultural em sua complexidade e em sua densidade. Neste particular cabem umas palavras de M. Foucault sobre o que

são as *práticas discursivas*:

constituem o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática, segundo as quais essa prática dá lugar a enunciados parcial ou totalmente novos, segundo as quais, enfim, ela pode ser modificada (Foucault, 1995: 237).

São as práticas discursivas concebidas como objetos privilegiados que estruturam a análise arqueológica⁶. Enquanto um conjunto preciso de procedimentos metodológicos elas constituem o motor básico de desenvolvimento do seu trabalho histórico-crítico. É a partir da análise arqueológica que se opera a abordagem das performances verbais, especificando níveis – o dos enunciados e dos arquivos – determinando e definindo domínios: as regularidades enunciativas e as positivities.

Portanto, a Arqueologia é tomada como uma análise das regras características das diferentes práticas discursivas, sempre lembrando que o discurso é por si só uma prática complexa, pois “falar é fazer alguma coisa”. Tudo isso faz parte do esforço estratégico no sentido de nos aproximar do que denominamos aqui de o ‘mundo do patrimônio’, que será abordado pela análise arqueológica, já que, como veremos a seguir, a história das idéias e das ciências dedica-se preferencialmente ao conhecimento científico, e, por conseguinte, as diferentes ordens disciplinares correspondentes; e a arqueologia, nosso método de trabalho, dedica-se ao conjunto dos saberes, marca de sua heterodoxia.

Devemos então enfatizar e realçar as distinções e as especificidades das duas posições divergentes, ou bifurcantes. A arqueologia percorre o seguinte eixo ‘*prática discursiva-saber-ciência*’, encontrando seu ponto de equilíbrio na análise do saber. Diferentemente da história das idéias que, como disciplina, faz a análise do elemento do conhecimento no eixo ‘*consciência-conhecimento-ciência*’. Deve-se enfatizar esse aspecto para se diferenciar, desde logo, as duas posições distintas. A arqueologia lida com o ‘saber’, e, a história das idéias, com o ‘conhecimento’. Isto coloca em outra ordem a questão do sujeito, pois, na história das idéias estamos lidando com o ‘sujeito da

consciência'; com a arqueologia, o continente do inconsciente e das estruturas subjacentes, é fundamental. No 'domínio do saber' o sujeito é necessariamente situado e dependente, todavia sem que possa ser considerado titular.

A partir daí distingui-se os "domínios científicos" – que são próprios da história das idéias – dos "territórios arqueológicos" – que são referentes aos saberes, onde se encontram como objetos de investigação, textos 'literários' ou 'filosóficos', assim como os textos 'científicos'. Como síntese, temos:

O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas (Foucault, 1995: 208).

Nesse sentido, compreende-se o saber patrimonial como parte do "território arqueológico" – nos quais aparecem os mais diferentes documentos, discursos e práticas das mais variadas áreas e disciplinas. Pois, pensar o patrimônio nos remete não só ao domínio da ciência, mas também ao domínio dos afetos, das emoções e dos sentimentos, assim como da percepção, da imaginação, dos sentidos e etc.

Como exemplo ilustrativo da aplicação desses princípios, temos as ações, as práticas e os discursos produzidos por Mário de Andrade⁷(1893-1945) e Aloísio Magalhães⁸ (1927-1982) , no campo do patrimônio. Foram 'textos-falas-ações' produzidos em diferentes registros, uns de caráter mais científico e ou filosófico, outros mais artísticos e literários – todos produzidos em nome do patrimônio histórico e artístico nacional. Mas, como não é possível aqui, pó economia de espaço, revelar os traços significativos destas práticas nas figuras dos dois autores citados – o que está feito em livro⁹ – convém aprofundar mais a idéia de uma atividade arqueológica.

Para Uma Análise Crítica e Política dos Conceitos e dos Enunciados

Em breves linhas pretende-se desenvolver mais especificamente a análise arqueológica apresentada por Michel Foucault, no livro clássico *Arqueologia do Saber* (1995). Em poucas palavras, pretende-se *grosso modo* aplicar a atividade

arqueológica a este corpo de enunciados, práticas e discursos produzidos em nome de um saber patrimonial. Almeja-se assim, compreender a formação discursiva, a constituição dos conceitos e objetos, etc., forjados em nome do patrimônio cultural, a fim de apreender as relações de poder subjacentes a estas práticas patrimoniais.

Neste intuito, nos aproximamos ainda mais do texto *foucaultiano*. Nesta aproximação percebe-se de imediato que a Arqueologia não obedece a um método geral, universal e "científico". Contudo, não pode ser considerada uma atividade artística pura e simplesmente. Para Michel Foucault a Arqueologia não é uma idéia fundada no desejo de criar uma disciplina mais ou menos científica, tampouco é algo que esteja ligado à uma arte, mas, certamente, a uma espécie de atividade, isto é, uma atividade essencialmente histórico-política. Como escreveu:

A tarefa (...) do arqueólogo é descobrir as bases, as continuidades no comportamento, no condicionamento, nas condições de existência, nas relações de poder, etc. Essas bases que se constituíram num dado momento, que substituíram e que permaneceram, estão atualmente escondidas sob outras produções ou estão escondidas simplesmente porque de tal maneira fizeram parte de nosso corpo, de nossa existência; assim, parece-me evidente que tudo isso tenha uma gênese histórica (Foucault, 1996: 155).

Portanto, a análise arqueológica tem basicamente três procedimentos:

a) Primeiramente a função de descobrir essas *continuidades* obscuras em nós incorporadas - como as opiniões, os sentimentos, os preconceitos, etc.¹⁰;

b) Partindo do estudo de sua formação, poderá se constatar a utilidade que tiveram e que têm ainda hoje: ou seja, como atuam na economia atual de nossa existência - neste ponto, o pesquisador deve se colocar diretamente como um implicado na pesquisa;

c) A análise arqueológica permite ainda determinar a quais sistemas de poder estão ligadas estas bases, estas continuidades e, por conseguinte, como fazer para abordá-las.

No domínio específico do patrimônio, foi interessante balizar a pesquisa a partir das

linhas de força que instauraram o saber patrimonial e a instituição do patrimônio desde a década de trinta¹¹. Observando como tudo isso foi elaborado no interior de uma série de relações econômicas e políticas; lutando contra as instâncias de normalização implementadas historicamente – como ainda ocorre, hoje, mais do que antes, nos Conselhos de Cultura dos estados e dos municípios.

Como exemplo, da propriedade do uso do procedimento arqueológico, pode-se ilustrar com o seguinte acontecimento. Essa reflexão ocorreu a partir da interrogação de uma estudante universitária participante do 47º Congresso da SBPC, realizado em São Luís no ano de 1995¹². Diante dos trabalhos recentes de restauração do Centro Histórico da capital maranhense, designado *Projeto Reviver*, a estudante colocou para todos os presentes, e especialmente para os participantes da mesa-redonda que debatia o tema do Patrimônio Cultural, as seguintes questões: Por que preservar prédios e modos de existência da antiga classe dominante aristocrática e escravocrata do Maranhão? Por que preservar modos de vida e bens materiais de grupos dominantes que exploraram a maioria da população maranhense?

Tomando como base os três procedimentos arqueológicos apresentados anteriormente, convém colocar as questões da estudante em três patamares: primeiro, deve-se partir dos sentimentos, opiniões e preconceitos expressos – o que vai resultar na releitura de um projeto de preservação e conservação do passado colonial regional, realizado pelo estado. Analisar com propriedade de que modo está sendo feito o gerenciamento político do teatro das memórias sociais locais. Segundo, colocar em foco os novos possíveis usos destes acervos do passado e analisar os interesses de quem formula estas novas propostas de uso. Terceiro, analisar o sistema de poder que está na base destas novas propostas, investigando possíveis continuidades de dominação, exploração e neo-colonialismo, isto a fim de ‘abortá-las’, propondo um uso emancipador e não alienado dos bens e acervos preservados.

Desse modo, a partir de

questionamentos aparentemente ingênuos e radicais – pois a estudante tinha em mente a destruição dos acervos e bens culturais que compõem o cenário do patrimônio histórico local que, para ela, significam a ‘opressão do passado’, verdadeiros ‘fantasmas’ de uma época em que a história era um ‘pesadelo escravocrata’ – podemos, após essa análise arqueológica, atingir conteúdos subjacentes as ‘estruturas dos sentimentos’¹³ expressas pela estudante naquele momento dramático. A estudante que participava de um congresso científico numa capital nordestina, aproveitou a ocasião para expressar sua discordância em relação a um investimento orçado em mais de duzentos milhões de dólares; investimento que resultou no título de Patrimônio Cultural da Humanidade, oferecido pela UNESCO, em 1997. Para a estudante iconoclasta, esse acervo tinha um outro significado cultural: era símbolo da opressão, dos traumas do colonialismo e da exploração escravocrata em terras americanas. Por conseguinte, observa-se nesse exemplo, que não existem objetos privilegiados para a análise arqueológica – tudo que está na cena histórico-política patrimonial, pode sofrer o golpe de análise da “máquina arqueológica” foucaultiana.

A análise da cena, ocorrida no evento referido, nos leva a atingir estratos mais profundos que explicam a enunciação das questões elaboradas pela estudante. A análise arqueológica invoca o uso de práticas e procedimentos transdisciplinares. É nesse trajeto antropológico que se justifica a aproximação com outras práticas discursivas, como a psicanálise, por exemplo. O trato da memória e das estruturas dos sentimentos invoca essa migração e mestiçagem da análise. É fundamental um tratamento crítico minucioso que enquadre e descortine a enunciação em camadas de sentido. É o que acontece quando enfocamos o termo *reviver*, utilizado para o título do Projeto de Revitalização do Centro Antigo da cidade de São Luís¹⁴. Essa abordagem arqueológica¹⁵ faz-se especialmente necessária aqui, pois como pontua o sociólogo francês Henri Pierre Jeudy:

‘Dar novamente vida’ é uma espécie de miragem que faz pensar num retorno da sociabilidade e da capacidade de engendrar a troca simbólica. A desconfiança face a essa forma de restituição é muito mais forte pelo fato de que ela faz ressurgir sofrimentos, particularmente num meio operário que vê consagrarem culturalmente seus “instrumentos de tortura”. A memória não é assim tão rósea como pensam os encarregados de gestões culturais, e a restituição de uma simbólica perdida reativa necessariamente a lembrança das violências, aflições e explorações (Jeudy, 1990: 31).

Em suma, podemos ser categóricos agora, a Arqueologia é uma tentativa histórico-política que não se baseia em relações de semelhança entre o passado e o presente, mas sim em relações de continuidade e na possibilidade de definir atualmente objetivos táticos de estratégia de luta. Portanto, a “abordagem arqueológica” não é uma arte, não é uma teoria, não é um poema – é uma prática, uma atividade! De outra maneira, pode-se dizer que é uma espécie de ‘máquina crítica’, uma máquina que recoloca em questão certas relações de poder.

A Arqueologia não procura obedecer às mesmas leis de verificação que regem à história propriamente dita, uma vez que a história tem como fim único dizer a verdade¹⁶, dizer o que se passou, no nível do elemento, do processo e da estrutura das transformações¹⁷.

A Arqueologia enquanto ‘máquina’ consegue oferecer um modelo tal que permite que nos libertemos do que se passou isso principalmente no que se refere aos dispositivos disciplinares e normativos. Esse ponto é particularmente importante, pois é convergente com a teoria da memória social de Henri-Pierre Jeudy (1990), que faz uma aproximação interessante com os procedimentos psicanalíticos quando descreve o processo terapêutico que ‘permite que nos libertemos do que se passou’, isto é, a ‘outra memória’. Atingimos aqui uma dialogia fecunda entre a etnologia, a psicanálise e a arqueologia foucaultiana¹⁸.

Destarte, não basta apontar para estes entrelaçamentos criativos dos saberes. É preciso considerar, além do mais, que

apesar de não se constituir enquanto arte, a arqueologia tem uma vocação poética – isso, se passamos a atribuir à poesia uma função libertadora.

A Arqueologia é (...) esta espécie de atividade histórico-política, (...) uma atividade ao mesmo tempo prática e teórica que deve ser realizada através de livros, de discursos e de discussões, através de ações políticas, da pintura, da música...(Foucault, 1996: 158)¹⁹.

Assim, empreendemos na pesquisa sobre o saber patrimonial na sociedade brasileira uma perspectiva arqueológica orientada pelos pontos básicos da teoria da “formação discursiva” esboçados pelo filósofo francês. Quando delineia os limites da arqueologia Michel Foucault afirma que sua tarefa é constituir a teoria da “instância discursiva”, na medida em que tal instância é estruturada por relações encarnadas em instituições e regulamentações historicamente determinadas.

É assim que Edgar Assis Carvalho, em breves palavras, sintetiza o método e o empreendimento *foucaultiano*:

Foi Michel Foucault quem possibilitou o entendimento do caráter descontínuo de todos os processos humanos, ao englobá-los numa ‘história das problematizações’ sem teleologias doutrinárias ou sistemáticas, mas, ao contrário, como um movimento repleto de reviravoltas inesperadas e inéditas. Arqueogenealogia foi o nome dessa prática metodológica que prescrevia que o deciframento de qualquer realidade continha necessariamente dois movimentos, um de caráter arquivístico, que considerava o que estávamos deixando de ser, e outro, mais atual, que visualizava o que viríamos a ser, uma forma de vir não programado, dissolvido numa multiplicidade de histórias heterogêneas (Carvalho, 1994: 1-2).

Desse horizonte, almejamos enfocar as práticas discursivas efetuadas a partir da constituição de um saber patrimonial no Brasil – e é através de sua história que vemos se descortinar as etapas e os patamares de sua evolução. Assim é que nas primeiras décadas deste século amadureceu a idéia de se criar um órgão federal de proteção e registro, e por forte influência dos países europeus, principalmente dos modelos francês e

português, observamos aos poucos constituir-se discursos e enunciados sobre o que seria patrimonializável ou não na sociedade brasileira.

Cabe lembrar ainda que existiram órgãos públicos incipientes na Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, nessa mesma época. O que vem testemunhar, portanto, que a institucionalização de um órgão ministerial (SPHAN/1937), foi a cristalização do amadurecimento de um compromisso ideológico-político assumido por um grupo de intelectuais, ligados ao Ministério de Educação e Saúde²⁰. Havia na ocasião dois grupos concorrentes, de um lado os “modernistas” e de outro os “tradicionalistas”, e é neste conflito que se observam constituir práticas políticas formando um saber patrimonial, a partir de formações discursivas e disciplinares conflitivas.

A Insurreição dos ‘Saberes Sujeitados’

Atingimos agora o ponto central desse texto. Ao nos reportarmos e nos determos nas contribuições e análises críticas oferecidas por Michel Foucault, buscamos subsídios para enfrentarmos o seguinte desafio teórico: como compreender os excessos e atavios do patrimonialismo na sociedade contemporânea? Por que um incremento poderoso de investimentos no ‘passado’ e nos ‘patrimônios’, numa época de aceleradas transformações sócio-econômicas, designadas de globalização, ou mundialização?

Nossa pesquisa tem constatado que esse processo de fixação na ‘cena patrimonial’ é excessivo e sintomático. Na verdade, resulta de um trabalho deliberado de controle das ‘memórias locais’ e dos ‘saberes sujeitos’. A ‘patrimonialização’ despótica e tirana que assistimos se desenvolver nos Centros Antigos de diversas cidades ocidentais, manifesta um complexo cultural curioso: trata-se, ao que parece de uma dificuldade latente de efetuar um trabalho de luto. Como Henri-Pierry Jeudy tem enfatizado, esses excessos de ‘patrimonialização’ e ‘fossilização’ cultural são o sintoma tardio de um mal realizado trabalho terapêutico (Jeudy, 2005). As coletividades e comunidades submetidas a

esse processo forçado de enquadramento patrimonial de suas memórias e saberes locais e pessoais, se vêm agora, mais do que nunca, submetidas a um processo avassalador de mercantilização do ‘passado’ e dos ‘patrimônios’ ditos ‘culturais’.

De nossa parte compreendemos que uma forma de superar esses obstáculos ao processo de emancipação e insurreição dos ‘saberes sujeitos’ e das ‘memórias locais’, é aplicar a estes domínios do ‘saber patrimonial’ a ‘máquina’ crítica proposta por Michel Foucault. Pois, encontramos com muita propriedade a eficácia de suas análises no trabalho que se revela fundamental na atualidade. Novos enfrentamentos, nos domínios da cultura, observam-se descortinar; agora que vivemos com toda a força a ‘virada cultural’ do capitalismo, é preciso instrumentos eficazes de sustentação crítica, na defesa política da sociedade.

Mas, afinal, o que são os ‘saberes sujeitos’? O que Michel Foucault pretendeu apontar com esse termo?

(...) por ‘saber sujeito’, entendo duas coisas. De uma parte, quero designar, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. (...) Portanto, os ‘saberes sujeitos’ são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição. Em segundo lugar, por ‘saberes sujeitos’, acho que se deve entender outra coisa e, em certo sentido, uma coisa totalmente diferente. Por ‘saberes sujeitos’, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (2002: 11-12).

Esse é o ponto fundamental de nossa aproximação com a arqueologia de Foucault. Nosso trabalho de ‘escavação’ arqueológica encontrou-se com esse esforço de reabilitação das ‘memórias locais’ e os ‘saberes das pessoas’, preconizado pelo

autor. Consideramos, então, de suma importância a perspectiva sugerida aqui. Parece que é um modo fecundo de enfrentar os desafios que nossa época nos impõe. Pois, como enfatiza Foucault:

(...) foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo reaparecimento desses saberes, (...), esse saber que denominarei, se quiserem, o 'saber das pessoas' (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam) –, foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica (2002: 12)²¹.

Em nosso trabalho de pesquisa, no qual realizamos análises arqueológicas sobre os processos de patrimonialização efetuados em Centros Históricos brasileiros, percebemos o quanto é necessário avançar nesse esforço crítico preconizado aqui. A pertinência desses procedimentos analíticos é evidente. Através desses recursos heurísticos atingimos novos patamares epistemológicos e seguimos cada vez mais na tarefa de perscrutar os complexos culturais que estão subjacentes a lógica cultural dominante.

O trabalho arqueológico proposto abriu novos continentes e novas veredas para a pesquisa da memória social e individual. O trabalho de recuperação dos 'saberes das pessoas' e das 'memórias locais' tem revelado novas fronteiras para a análise crítica dos processos de patrimonialização em voga. Através desses fundamentos metodológicos um novo imaginário sobre as práticas sociais da memória e do patrimônio surgiu.

Essa é uma trilha que não se esgota em breves incursões empíricas, pois revela a potência do imaginário criativo e vivo das comunidades e coletividades, que a seu modo resistem contra a 'fossilização' e 'petrificação' excessiva, de um 'monumentalismo' que quer perpetuar-se a

todo custo.

Considerações Finais: pesquisa em processo

O objetivo desse artigo foi, a partir da obra de Michel Foucault, operar esta espécie de *máquina* de análise arqueológica na investigação dos processos histórico-políticos, constituintes do saber patrimonial na sociedade brasileira. Enfocando especialmente a formação dos enunciados sobre os patrimônios etnológicos e bioculturais nacionais, buscamos percorrer as linhas de força de uma abordagem libertadora.

A linha de força principal que move este trabalho crítico dirige-se contra a 'tecnocracia' dos 'especialistas do patrimônio', que agora tentam dominar a cena das políticas culturais, investindo-se do fetiche de que detêm o saber 'técnico' adequado à 'preservação' das heranças culturais em perigo de desaparecimento, sob as forças atuais de globalização econômica ou de mundialização cultural. Esses novos tecnocratas da cena cultural impõem tiranicamente uma paisagem sufocante, criando a qualquer custo 'parques históricos' de simulação do 'passado'; onde fazem circular, produzir e distribuir as novas mercadorias 'culturais' para o ávido turismo mundial.

Uma nova engenharia da cultura se insinua nos domínios tanto da cultura como da natureza. Portanto, novas 'máquinas' críticas devem surgir para dar conta destes novos investimentos sociais e econômicos. Percebe-se também insinuar-se a exigência de uma unificação do campo epistêmico, em busca da superação da fragmentação e compartimentação excessiva dos estudos sobre estas áreas do conhecimento.

Dessa maneira, ultimamente tem-nos interessado sobremaneira os bens de natureza e de cultura selecionados e inscritos pela UNESCO na lista do Patrimônio Mundial da humanidade²². Acreditamos que a análise arqueológica proposta por Foucault oferece elementos fecundos e criativos para se empreender uma pesquisa fundamental sobre a atualidade dos estudos do patrimônio e da memória social. Vimos, em poucas linhas e exemplos, como se opera um trabalho crítico pertinente, sem que se caia na

‘metodocracia’ burocratizante dos academismos, ainda dominantes.

A atividade arqueológica mantém-se a léguas de distância desses processos esterilizantes do imaginário teórico e crítico. Eis uma arma poderosa contra os que fazem da ciência um exercício de domesticação e adestramento do espírito crítico.

Referências

- Carvalho, Edgar Assis.
S/D. *Patrimônio Cultural e Ética da Resistência*. Departamento de Antropologia. PUC/São Paulo.
1994. *Desordens e Reorganizações do Processo Civilizatório*. Departamento de Antropologia. PUC/São Paulo.
2005. *Virado do Avesso*. São Paulo: Selecta Editoria,
- Cavalcanti, Lauro (Org.)
1993. *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro.
- Corrêa, Alexandre Fernandes.
2001. *Vilas, Parques, Bairros e Terreiros: Novos Patrimônios na Cena das Políticas Culturais de São Paulo E São Luís*. Tese de Doutorado. PPGCS/PUC/SP. – São Paulo,
2003. *Vilas, Parques, Bairros e Terreiros (Patrimônios Bioculturais)*. São Luís: EDUFMA.
2005. *Museu Mefistofélico: O Significado Cultura Da Coleção Museu De Magia Negra Do Rio De Janeiro, Primeiro Patrimônio Etnográfico Do Brasil*. Ensaio Final de Pós-Doutorado UFRJ/Cnpq. Rio De Janeiro.
2006. Teatro Das Memórias E Do Patrimônio Cultural: A Educação Patrimonial Em Perspectiva. In, Lima Filho, Manuel & Bezerra, Márcia. *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia: Ed. Alternativa, Ps. 69-88.
- Dreyfus, Hubert L.
1995. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica*. Rio De Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel.
1979. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
1980. “Truth And Power”, In *Power/Knowledge: Selected Interviews And Other Writings, 1972-1977*, Nova York, Pantheon.
1995. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
1996. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Puc.
2002. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hoy, David Couzens (Comp.).
S/D. *Foucault*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Jeudy, Henri-Pierre.
1990a. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense.
- 1990b. *Patrimoines en Folie*. Paris: Maison des Sciences de L'homme.
1995. *A Sociedade Transbordante*. Lisboa: XXI.
2005. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Laplanche, Jean.
1992. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- May, Todd.
S/D. *Between Genealogy And Epistemology: Psychology, Politics, And Knowledge In The Thought Of Michel Foucault*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, University Park.
- Porge, Erik.
1998. *Os Nomes do Pai Em Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Santos, Mariza Veloso Motta.
1992. *O Tecido Do Tempo: A Idéia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-70)*. Tese de Doutorado. PPPAS/DA/ICH/UNB. Brasília.
- Taussig, Michael.
1993. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem*. São Paulo: Paz E Terra.
- Wallerstein, Immanuel.
2002. *O Fim do Mundo como o concebemos: Ciência Social Para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Revan.
- Williams, Raymond.
1979. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- Wolf, Eric.
1968. "The Virgin of Guadalupe: Mexican National Symbol". *Readings In Anthropology*. New York: Creewll. 700-7.

NOTA

¹ Docente Adjunto em Antropologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA (PPGCS). Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia PUC/São Paulo (2001). Pós-Doutorado em Antropologia – UFRJ/CNPq (2005). E.mail: alexcorrea@antropologia.com.br.

² Como escreveu Immanuel Wallerstein: “(...) é possível dizer que Michel Foucault tentou analisar, em *The Archeology of Knowledge*, como são definidas, criadas e redefinidas as disciplinas acadêmicas (...)” (Wallerstein, 2002: 261).

³ Como escreveu Todd May: “In this life, Foucault chose three avenues, which correspond roughly to the three periods into which his work is generally divided: archaeology, genealogy and ethics. Although all are addressed to the present and our attempt to understand it, these avenues have more in common than that very general orientation” (May, s/d: 02).

⁴ Sabe-se que a etimologia da palavra latina patrimônio é “em nome do pai”, isto é, “herança paterna”. Nesse sentido utilizamos o conceito de patrimônio, não como um termo restrito a jurídica e a economia. Como é um conceito que etimologicamente refere-se ao ‘nome do pai’, a herança da tradição, da língua, etc., é um termo que remete a fundação de uma ordem simbólica, e, como lembra J. Lacan (Porge, 1998), remete a Lei do Pai. Desse modo, cabe frisar que o sentido do conceito vem do próprio *idioma cultural* (Wolf, 1968), no qual a palavra adquiriu significado enquanto instituição familiar, econômica, política, moral, etc.

⁵ *Patrimônio* é tudo aquilo que resulta da transformação de certas coisas, objetos, comportamentos etc., em *semióforos*, isto é, em uma nova categoria agora significante de uma identidade cultural. “A escolha dos objetos que entram no patrimônio cultural depende de sua capacidade de receber significados ligados principalmente a sua história anterior, a sua raridade, a sua aparência externa” (Pomian, 1990: 180).

⁶ Segundo Arnold I. Davidson, no texto *Arqueologia, Genealogia, Ética: Práticas discursivas – práticas para la producción de enunciados – (...) “caracterizadas por la delimitación de un campo de objetos, la definición de unna legítima perspectiva para el agente del conocimiento, y la fijación de normas para la elaboración de conceptos y teorías. Así, cada práctica discursiva implica un juego de prescripciones que designa sus exclusiones y opciones”* (Hoy, s/d: 244).

⁷ Escritor e musicólogo paulista, intelectual modernista, escreveu as obras como *Amar, Verbo Intransitivo* (1927) e *Macunaíma* (1928).

⁸ Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de 1979 a 1982.

⁹ Esse trabalho de análise encontra-se no livro *Patrimônios Bioculturais: novos patrimônios na cena das políticas culturais*. Nova edição, no prelo, da tese defendida pelo autor (Corrêa, 2003).

¹⁰ A exemplo do trabalho de Edgard de Assis Carvalho, *Virado do Averso* (2005).

¹¹ Tese de doutorado *Vilas, Parques, Bairros e Terreiros: novos patrimônios na cena das políticas*

culturais de São Paulo e São Luís. Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia, PUC/SP. (Corrêa, 2001).

¹² Conferência do antropólogo Gilberto Velho *Patrimônio Histórico e Cultural*, SBPC/1995.

¹³ Texto fundamental sobre o uso da expressão “estruturas de sentimento”, consultar Raymond Williams *Marxismo e Literatura* (1979), especialmente o capítulo II Teoria Cultural, seção 8. Estruturas de Sentimento (ou sentido). ps. 130-137.

¹⁴ Processo que se inicia na década de oitenta e se consagra com a inscrição do sítio histórico na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da UNESCO, em 1997.

¹⁵ “A arqueologia do saber é simplesmente um modo de abordagem” (Foucault, 1979: 156).

¹⁶ Para Foucault, o que interessa a arqueologia, ao contrário da história, é a articulação: “in different regions of our present, ‘how the human subject entered into *games of truth*’ (May, s/d: 02).

¹⁷ Como se sabe para o cientista social o que interessa é “o ser social da verdade”. Nesse sentido Michael Taussig, escreveu: “Daí a necessidade que temos de lutar contra aquela solidão, temor e silêncio, de examinar as condições de realizar a verdade e de realizar a cultura, de seguir Michel Foucault quando ele coloca que se deve ‘ver historicamente como os efeitos da verdade são produzidos no interior de discursos que, em si mesmos, não são nem verdadeiros, nem falsos” (Taussig, 1993: 30). Texto referido: Michel Foucault, “Truth and Power”, in *Power/Knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*, Nova York, Pantheon, 1980, p. 118.

¹⁸ Na psicanálise esse processo é designado com o termo *après-coup*. No verbete *A Posteriori* (Laplanche, 1992), o termo é utilizado no mesmo sentido que a expressão técnica *après-coup* – mais usado em língua francesa. Estas duas palavras vêm do alemão *Nachträglichkeit* (*Subst.*), *Nachträglich* (*adj. e adv.*), e eram frequentemente usados por Freud com relação a temporalidade e a causalidade psíquicas. Existem experiências, impressões, traços mnésicos que são posteriormente remodelados em função de experiências novas, no acesso a outro grau de desenvolvimento. Pode então ser-lhes conferida, além de um novo sentido, uma eficácia psíquica. Nosso objetivo, ao tratar rapidamente destas conceituações psicanalíticas, é indicar com alguma propriedade o uso destes termos, no que chamo de perspectiva patrimonial. Para entendermos o que Henri-Pierre Jeudy (1990) chamou de *outra memória* é imprescindível uma incursão básica dos conceitos de *après-coup* e *a posteriori*, são eles que nos dão o significado fundamental da idéia aqui aplicada de uma “terapêutica” no trato da memória e do patrimônio. Se temos alguma pretensão aqui é a de estreitar as relações teóricas e práticas entre a etnologia e a psicanálise, no trato das questões aqui desenvolvidas, que são pertinentes as duas áreas do conhecimento. Afinal, as relações entre estes

saberes não se restringem aos pontos aqui traçados indo muito mais além e tendo uma longa data de inspirações recíprocas. Em outro texto esse ponto é elaborado com mais minúcias (Corrêa, 2006).

¹⁹ “Pode-se responder (...) à pergunta (...): a arqueologia se ocupa das ciências e nunca passa de uma análise dos discursos científicos? (...) responder duas vezes não. O que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do *saber*” (Foucault, 1995: 221).

²⁰ No capítulo sobre *os aspectos históricos* têm-se mais detalhes deste processo. Mas indica-se o livro que Lauro Cavalcanti organizou *Os modernistas na repartição* (1993) e mais a tese de Mariza Veloso Motta Santos *O tecido do tempo* (1992).

²¹ É preciso lembrar que esses trechos destacados foram registrados em aulas de Michel Foucault, proferidas em 1976, o que explica a forma como se apresenta as frases e as idéias.

²² Nesse trajeto incluem-se processo de preservação dos teatros da memória social e natural, como vilas, parques, bairro e terreiros, com vocação museológica intrínseca. São verdadeiros eco-museus bioculturais da sociedade brasileira que atualmente estão em perigo.

Recibido: 6 de septiembre de 2007

Reenviado: 5 de febrero de 2008

Aceptado: 21 de junio de 2008

Sometido a evaluación por pares anónimos